

Economia - Brasil

# Crise quebrou unanimidade na área econômica

**Desfecho favorável a Tápias no confronto com Everardo mostra enfraquecimento de Malan**

ARIOSTO TEIXEIRA

**B**RASÍLIA – O desfecho favorável ao ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Alcides Tápias, no confronto pessoal que teve com o secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, mostra um novo desenho na distribuição de poder na Esplanada dos Ministérios, em que se quebrou a unanimidade sobre a necessidade de concentração do poder decisório em matéria de política econômica no prédio onde funciona a Receita e trabalha a equipe liderada pelo ministro da Fazenda, Pedro Malan. Isso quer dizer que Malan, chefe de Everardo Maciel, saiu politicamente mais fraco do episódio e o presidente Fernando Henrique Cardoso está fazendo mais uma tentativa de reorientar o foco da economia com o objetivo de pôr em prática políticas de desenvolvimento.

De acordo com a interpretação de fontes do governo que acompanharam de perto o desenrolar dos acontecimentos, a condução que o presidente deu ao caso Tápias-Everardo indica que ele começou a criar, de fato, as condições e o espaço de viabilidade da pasta da produção, termo que expressa a idéia original de criação do Ministério do Desenvolvimento.

“Se Tápias cair, o Everardo cai também; e Malan não resiste três meses”, sentenciava no ápice da crise, na segunda-feira, um importante personagem do governo.

Foi a primeira vez que se ouviu alguém com autoridade falar assim do ministro da Fazenda. Esse personagem lembra que até agora Malan venceu um a um os confrontos em que se envolveu. “Mas em política ninguém ganha todas as batalhas e existem limites para o pensamento único”, disse. “Quem manda, decide e orienta é o presidente da República.”

De modo geral, observa-se no governo que, ao arbitrar o conflito entre um ministro e um funcionário de segundo escalão, o presidente sabia que não se tratava de resolver uma simples pirraça entre auxiliares e também não estava diante de um jogo de soma zero, no qual quem ganha leva tudo e quem perde é excluído do campeonato. A definição sobre quem estava certo era simbolicamente importante. A questão era decidir se um ministro de Estado (Tápias) poderia ser desautorizado pelo subordinado de outro ministro (Everardo), que questionou a viabilidade de medidas de estímulo às exportações, com impacto na sua área, que haviam sido anunciadas por Tápias por determinação do presidente.

Pela primeira vez na história de seu mandato, Fernando Henrique repreendeu publicamente um auxiliar (Everardo) por entender que ignorar o fato seria permitir que se quebrassem a hierarquia do poder do Estado, o que determina sempre a perda de espaço político para exercê-lo pela autoridade atingida.

**Pano de fundo** – O pano de fundo do episódio era porém mais complexo. Tratava-se de decidir também se o ministro do Desenvolvimento perderia força para manter aceso um debate já histórico neste período presidencial: haverá ou não uma política desenvolvimentista? A questão é controversa desde a origem e ela esteve por trás da maioria das batalhas vencidas pelo time de Malan. Fontes do governo lembram que ele ganhou a batalha contra Serra (Saúde), contra Paulo Renato (Educação), contra os ex-presidentes do Banco Central Gustavo Franco e Francisco Lopes, contra os Mendonça de Barros (o ex-ministro Luiz Carlos e o ex-secretário de Política Econômica José Roberto), contra o ex-presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) André Lara Resende e contra os antecessores de Tápias, Celso Lafer e Clóvis Carvalho.

Foi no episódio que derrubou Clóvis Carvalho em 1999 que a questão se tornou claramente visível. Ele perdeu o cargo por ter revelado, contrariando seu colega da Fazenda, a existência de luta interna entre “uma equipe que dá prioridade para o ajuste macroeconômico e aqueles que consideram que a preservação, modernização e a ampliação das atividades produtivas e de serviços no País exigem também a indução do Estado”.

A trajetória de Tápias no governo repôs o dilema em cena levantando agora um problema prático: o peso dos produtos eletro-eletrônicos na pauta de importações tende a tornar-se maior do que o peso das com-

pras de petróleo no desequilíbrio da balança comercial. Ou seja, quis-se dizer que, se nada for feito, essa verdadeira commodity da globalização em pouco tempo se transformará num obstáculo de grande magnitude para o equilíbrio das contas externas e para qualquer estratégia desenvolvimentista.

Com esse ponto de vista, que sugere se definam critérios e limites para as decisões sobre estímulos e incentivos às atividades produtivas, o time de Tápias abriu o debate so-

bre a conveniência de uma política de atração de investimentos com a finalidade, por exemplo, de fabricar no Brasil pelo menos parte do que a indústria de alta tecnologia atualmente tem de importar.

**Palavrão** – A visão da equipe econômica liderada por Malan sobre estímulos localizados e substituição de importações é contudo outra, e tem sido resumida pelo presidente do Banco Central, Arminio Fraga, com uma frase: “Não acre-

dito nisso.” Esse ponto de vista considera palavrão o termo “política industrial”, por entender que ele se traduz por “subsídio” – outro palavrão – a setores específicos da produção (fala-se quase sempre “nos empresários paulistas”), e sublinha tratar-se de estratégia conhecida cuja implementação jamais deu certo no País. Ou seja, no lugar do desenvolvimento induzido pelo Estado essa visão espera que o desenvolvimento venha por si mesmo, como decorrência natural da estabilização monetária, do equilíbrio fiscal e da abertura econômica.

Os desenvolvimentistas concordam que sem estabilidade e rigor fiscal o desenvolvimento

não se sustentará, mas afirmam que sem indução o crescimento será modesto e trará instabilidade política. Mais que isso, avaliam que a renúncia a formular uma política de estímulo à produção deixará o presidente Fernando Henrique, e quem ele apoiar para sucedê-lo, sem o discurso-chave da campanha de 2002. Não rejeitam a avaliação segundo a qual ainda falta completar a abertura econômica, mas discordam da abertura unilateral que deixe o País sem moeda de troca nas negociações do livre mercado das americanas com os Estados Unidos e provoque uma nova onda de mortalidade das empresas nacionais. (Agência Estado)

**MINISTRO DA FAZENDA TEM VENCIDO ‘BATALHAS’**